

Copa 2014: recursos públicos, apropriação privada.

Financiamento para Copa do Mundo de 2014

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Sumário:

1. Apresentação	1
2. A Copa em Números	4
2.1 Quanto custa a Copa do Mundo do Brasil?	4
2.2 Modalidades de Financiamento para a Copa de 2014	8
a) Estádios: reformas e construções	8
b) Aeroportos	13
c) Portos	14
d) Mobilidade Urbana	16
3. Legados da Copa: discurso vs. Realidade	18
4. Conclusões	22

1. Apresentação

A Copa do Mundo de 2014 tem sido objeto de intensos debates no Brasil desde que o país foi escolhido, em outubro de 2007, para sediar novamente o mundial de futebol, seis décadas após ter organizado o torneio de 1950.

O tom e os temas específicos de cada debate variam de acordo com o público e seus pontos de vista: desde o botequim até as salas de universidades, passando por um amplo espectro - que inclui também gabinetes de autoridades públicas e escritórios de grandes empresas privadas -, todos parecem ter interesse em discutir algum tema relacionado à Copa de 2014.

Não é a toa. Afinal, trata-se de um evento de sucesso mundial indiscutível, além de algo que custará em torno de R\$ 33 bilhões de reais¹, segundo anunciado pela presidenta Dilma Rousseff em 15 de março de 2012 - o equivalente à 18 bilhões de dólares norte-americanos. Esse valor já bastaria para chamar atenção até mesmo daqueles que não são amantes do futebol. Mas estimativas da Consultoria

¹ <http://oglobo.globo.com/esportes/copa2014/mat/2011/03/16/dilma-diz-que-copa-2014-vai-gastar-33-bilhoes-924022924.asp>

Legislativa do Senado Federal alertam que o custo total pode ser ainda mais alto, atingindo a cifra de R\$ 65 bilhões².

Vale lembrar que a última Copa do Mundo, em 2010 na África do Sul, custou bem menos: U\$ 3,5 bilhões; e mesmo assim já foi considerada um (mau) exemplo de excessivos gastos públicos³.

A grande imprensa também participa ativamente de tais debates, veiculando informações e abrindo espaços para difusão de opiniões e argumentos, inclusive sobre polêmicas envolvendo membros do governo brasileiro e representantes da *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA, a entidade privada suíça que administra o futebol profissional em escala mundial.

Tais polêmicas sobre temas específicos - envolvendo prazos, a venda de bebidas alcoólicas e meia entrada para estudantes e idosos – vêm roubando espaços crescentes na mídia nacional e internacional⁴, dando a impressão de que uma verdadeira disputa está sendo travada entre a FIFA, de um lado, e Brasil, de outro. A recente troca de desaforos entre o ministro brasileiro dos esportes e o secretário-geral da entidade suíça parecem comprovar esta impressão⁵.

Por outro lado, encontram menos espaço aqueles que buscam questionar a falta de transparência e os supostos benefícios para a população, alertando que o “legado” da Copa não é igual para todos, pois já começamos com 170 mil remoções forçadas por todo o país, ao passo em que contratos milionários

² A consultoria do Senado leva em consideração os R\$ 20 bilhões destinados à construção do trem-bala entre Rio de Janeiro e São Paulo, que foi originalmente anunciado pelo governo como obra de Infra-estrutura relativa à Copa de 2014. Ver: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/-copa-de-2014-sera-a-mais-cara-da-historia-diz-consultor-do-senado-20110629.html>

³ Fonte: South African Public Service Commission. Ver: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8718696.stm>

O custo total Copa de 2010 na África do Sul também é objeto de controvérsias; números mais altos são frequentemente citados pela grande mídia. Algumas reportagens calcularam em R\$ 30 bilhões (U\$ 16,3 bi). Ver:

<http://www.youtube.com/watch?NR=1&feature=endscreen&v=zbrf1cy4LHo>

⁴ Ver: Jornal Metro, 4/10/11;

⁵ Ver: <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa/2014/noticias/0,,015698844-E118776,00-Valcke+vira+ao+Brasil+pela+primeira+vez+apos+chute+no+traseiro.html>

acertados entre FIFA, governos e, principalmente, grandes empresas privadas envolvendo a Copa do Mundo não param de onerar os cofres públicos.

Mas essas vozes dissidentes existem: desde jornalistas, até deputados federais, passando por uma ampla gama de movimentos sociais, sindicatos, universidades, ONGs, redes e, principalmente, Comitês Populares espalhados pelas 12 cidades-sede do mundial; que juntos formam a *Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa* – de onde têm-se alertado e mobilizado a sociedade brasileira para que resista à risco de ver sua Copa do Mundo transformada em oportunidade de enriquecer ainda mais aqueles que já são ricos às custas do sofrimento de quem já sofre em excesso.

Este estudo preliminar, que ora apresentamos, vem para somar-se a este esforço. O texto é resultado parcial de um projeto apoiado pela **Fundação Henrich Böll – Brasil** que, em parceria com o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS e a Justiça Global, visa aprofundar o debate sobre os legados e ônus da Copa do Mundo no Brasil a partir de duas linhas mestras: a *legislação de exceção* preparada para os mega-eventos esportivos, mas que não se encerra com o fim deles; e o *financiamento à Copa*, quase em sua totalidade público, que revela as prioridades e interesses econômicos por de trás dos jogos, a partir da transferência massiva de recursos do Tesouro e bancos públicos para grandes corporações privadas, em especial aquelas ligadas a mega-projetos. Essa segunda linha é o objeto do presente estudo.

Trabalhamos com a hipótese preliminar de que o maior legado deixado pela Copa será a geração de *novas dívidas financeiras* a serem pagas pelas gerações futuras de trabalhadores e trabalhadoras, além da *perda democrática* evidenciada, dentre outros fatores, pela prioridade orçamentária dada a gastos não previstos nos Planos Plurianuais de municípios, estados ou governo federal, nem discutidos adequadamente em conjunto com a sociedade antes de serem implementados.

2. A Copa em números

2.1 Quanto custa a Copa do Mundo do Brasil?

A pergunta é simples, mas encontrar a resposta nem tanto. A dificuldade de acesso a dados precisos sobre a contabilidade da organização para Copa do Mundo têm sido a tônica entre todos aqueles que buscam investigar o tema, desde o cidadão comum até o próprio Tribunal de Contas da União - TCU⁶. Assim está o atual panorama geral de investimentos já auditado pelo TCU, excluídos gastos com segurança, saúde e equipamentos:

Panorama geral dos investimentos

*Valores em milhões

CIDADE	CAIXA	BNDES	PORTOS	INFRAERO	GOV. ESTAD.	GOV. MUNIC.	PRIVADO	VALOR TOTAL*
BELO HORIZONTE-MG	1.023,30	400,00	0,00	508,65	0,00	365,50	295,00	2.592,45
BRASÍLIA-DF	361,00	0,00	0,00	864,74	707,60	0,00	0,00	1.933,34
CUJABÁ-MT	454,70	392,00	0,00	91,33	1.073,40	39,00	0,00	2.050,43
CURITIBA-PR	0,00	0,00	0,00	84,49	0,00	0,00	234,00	318,49
FORTALEZA-CE	409,80	351,50	149,00	349,80	97,30	54,90	167,10	1.579,40
MANAUS-AM	800,00	400,00	69,40	394,12	1.086,40	90,70	0,00	2.860,62
NATAL-RN	0,00	396,50	53,70	174,44	0,00	0,00	428,50	1.053,14
PORTO ALEGRE-RS	484,40	0,00	0,00	579,21	0,00	76,00	290,00	1.429,61
RECIFE-PE	675,10	400,00	0,00	18,47	235,20	102,80	100,24	1.531,81
RIO DE JANEIRO-RJ	0,00	1.579,00	314,00	813,27	483,50	704,60	0,00	3.894,37
SALVADOR-BA	0,00	323,63	36,00	47,61	0,00	0,00	273,37	680,61
SANTOS	0,00	0,00	235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235,00
SÃO PAULO - SP	1.082,00	400,00	0,00	2.208,65	799,50	0,00	420,00	4.910,15
Total geral	5.290,30	4.642,63	877,10	6.134,78	4.482,90	1.433,50	2.208,21	25.069,42
%	21,10%	18,52%	3,50%	24,47%	17,88%	5,72%	8,81%	100,00%

*Nas cidades-sede onde existe contrato de Parceria Público Privada PPP (Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) para construir ou reformar os estádios, a diferença entre o valor total da obra e o financiamento concedido pelo BNDES foi evidenciada na coluna dos investimentos privados. Em Natal, além da referida diferença, há também 408 milhões da concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

A falta de transparência se evidencia de diversas formas, sendo a mais eloquente a aprovação da Lei 12.462/11, que institui o “Regime Diferenciado de Contratações” – RDC, para Copa do Mundo e Olimpíadas. Na prática, essa inovação legal permite ao governo não divulgar os valores das licitações, além de liberar obras sem projetos-básicos e abrir exceções para o sobre-endividamento de Estados e Municípios caso os gastos sejam relativos aos mega eventos

⁶ Brasil. Tribunal de Contas da União. *O TCU e a Copa do Mundo de 2014 : relatório de situação : março de 2012* / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2012 (pp. 19-20).

esportivos⁷. Mas não é só mediante o RDC que a falta de transparência se expressa.

A Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo, divulgada pelo Ministério dos Esportes, deveria ser o instrumento capaz de permitir à sociedade e aos órgãos especializados de controle o acesso a uma base de dados única e consolidada sobre os gastos com o mundial⁸. No entanto, conforme o próprio TCU informa em março de 2012, “a matriz de responsabilidades encontra-se desatualizada no que se refere a prazos e valores de diversas obras de mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos”⁹. Ou seja, não temos informações atualizadas sobre a quase totalidade dos gastos!

Além disso, o mesmo TCU emitiu alerta à Casa Civil da Presidência da República, aos Ministérios do Esporte, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre

“a necessidade de estabelecer critérios objetivos para identificar quais obras devem ser consideradas como obras da Copa do Mundo de 2014, recomendando-se que esse critério esteja diretamente relacionado à previsão dessas obras na matriz de responsabilidades¹⁰;

Isso significa que a mais alta corte de contas do país não consegue averiguar se os projetos que estão sendo incluídos nessa Matriz de Responsabilidades de fato têm relação com a Copa do Mundo ou não. Somado ao RDC, tal indefinição abre uma perigosa janela para gastos incomensuráveis, onde “tudo vai entrar como obra da Copa”¹¹.

Diante da recente declaração do Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, sobre a “desculpa fantástica” proporcionada pelas Olimpíadas para desengavetar

⁷ Para acesso ao texto do RDC, ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/496.htm

⁸ Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades>

⁹ Brasil. Tribunal de Contas da União. *Op. Cit.*, p.20.

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹¹ Declaração de Alexandre Guimarães, consultor do Senado para as áreas de Esporte e Turismo, disponível em: <http://esportes.r7.com/futebol/noticias/-copa-de-2014-sera-a-mais-cara-da-historia-diz-consultor-do-senado-20110629.html>

diversos projetos¹² na cidade, a preocupação do TCU com a Copa parece justificada. Como saber se as obras em curso são mesmo necessárias ou não? Como saber se tais obras atendem a interesses políticos, muitas vezes elitistas, que dizem mais respeito a conflitos sócio-econômicos em vez de meramente esportivos?

A julgar pelo exemplo da remoção forçada de diversas comunidades carentes nas cidades-sede, parece que a Copa está abrindo espaço para práticas de limpeza social – assim como o ocorrido na África do Sul, em 2010. Empurra-se a população mais pobre para longe das áreas nobres e turísticas e assim cria-se um suposto “legado” urbanístico. O monotrilho do bairro do Morumbi, em São Paulo, aparece como triste exemplo: o estádio do São Paulo Football Club, localizado no bairro de classe-média alta, não mais abrigará jogos do mundial, por inadequações técnicas; um novo estádio está sendo construído em Itaquera, no extremo oposto da cidade e, no entanto, o financiamento para o monotrilho do Morumbi continua como “obra da Copa”¹³.

Outro exemplo é o porto de Santos, que passará por reformas de realinhamento do cais de seu terminal turístico ao custo de R\$ 320 milhões ao Estado de São Paulo. O problema é que a relação entre este investimento em turismo de alto luxo e as reais necessidades para a Copa do Mundo, à princípio, não convencem:

“Espera-se que o porto atue como uma das principais bases de apoio à rede hoteleira para a Copa, em razão da proximidade com a cidade-sede paulista. A idéia é dar condições de operação aos transatlânticos, que virão ao complexo portuário com turistas para assistir aos jogos em São Paulo¹⁴.

Trata-se mesmo de uma obra imprescindível para organizar um mundial de futebol o incremento de um porto há mais de 100km do estádio? Fica a pergunta.

¹² Entrevista à BBC, ver:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120308_eduardo_paes_entrevista_jc.shtml

¹³ O TCU, estranhamente, indeferiu a denúncia contra esta irregularidade (p. 65), mas o relatório não apresenta justificativas, contradizendo seu próprio alerta sobre o tema (p.20).

¹⁴ Brasil. Tribunal de Contas da União. *O TCU e a Copa do Mundo de 2014 : relatório de situação : março de 2012* / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2012 (p. 59).

No entanto, mesmo se tal justificativa for aceita, o estímulo ao turismo de alta classe ocorrendo simultaneamente às remoções forçadas para construir-se o “Itaquerão”, onde antes haviam comunidades carentes, demonstram, uma vez mais, o viés elitista e oportunista que os preparativos da Copa têm adotado no Brasil

Assim, ficamos diante de uma situação duplamente perigosa. Por um lado, falta de transparência total em relação aos valores dos gastos, fontes de recursos e devido processo licitatório¹⁵. Por outro, a impossibilidade de saber se as obras tem relação direta com a Copa ou não.

Quanto custará mesmo a Copa 2014?

Infelizmente, a pergunta “quanto custa a Copa no Brasil?” não pode ser verdadeiramente respondida, pelo menos por enquanto. É possível que nem mesmo o governo tenha essa conta fechada, pois não existe base de dados única, completa e compilada. Mesmo com a criação de um Portal da Transparência, na internet, pela Controladoria Geral da República¹⁶ e de uma Rede de Informação e controle da Copa, pelo TCU, a verdade é que, neste momento, trata-se de um mega evento cujo valor pode apenas ser estimado. O próprio TCU avisa que o custo total só será conhecido após o mundial terminar¹⁷.

E não trata-se apenas do TCU, cuja função é fiscalizar contas públicas. São diversos segmentos da sociedade civil organizada, principalmente jornalistas mais engajados, que já denunciaram este fato¹⁸. O custo total de R\$ 33 bilhões anunciado pela presidenta Dilma Rouseff não contabiliza, por exemplo, os valores das (enormes) isenções fiscais – que só para o estádio do Corinthians (Itaquerão) alcançam R\$ 420 milhões. Numa situação assim, fica difícil simplesmente rechaçar como exagerada a previsão do ex-jogador e agora deputado federal Romário, que estimou os gastos com a Copa atingindo a cifra de

¹⁵ Importante mencionar que o TCU adverte contra as “graves irregularidades” de diversos processos licitatórios, sendo o caso da reforma do Maracanã o mais problemático. Idem, p. 32.

¹⁶ Ver: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/>

¹⁷ Brasil – TCU, op. Cit., p. 22

¹⁸ O mais conhecido e popular dentre os jornalistas críticos do modo como a Copa de 2014 está sendo preparada é, sem dúvida, Juca Kfuri. Ver: <http://blogdojuca.uol.com.br/>

R\$ 100 bilhões¹⁹. O ex-atacante da seleção e campeão mundial em 1994 emenda: “só Jesus salva a Copa no Brasil²⁰”.

Devemos torcer para que o deputado Romário esteja duplamente errado. Mais do que torcer, temos que entrar em campo. Primeiro para impedir que esses R\$ 100 bilhões nunca sejam atingidos. É somente a partir de bem-sucedidas mobilizações populares por uma Copa dentro da realidade orçamentária do país que isso será possível, lembrando que só em 2012 o corte no orçamento federal foi de R\$ 55 bilhões, a maior parte em saúde (R\$5,4 bilhões), com vistas a garantir o pagamento da dívida financeira²¹.

E, depois, para mostrar que uma intervenção divina não é necessária, pois a força da sociedade civil organizada e consciente pode conseguir uma gestão estatal séria, mesmo *sem* milagres, apenas com (boas) políticas públicas.

2.2. Modalidades de Financiamento para a Copa de 2014

a) Estádios – construção e reforma

Os gastos públicos com a reforma ou reconstrução de estádios serão realizados mediante empréstimos do BNDES aos Estados, que por sua vez contratam consórcios privados para a realização das mesmas.

Os estádios de São Paulo (Itaquera), Curitiba e Porto Alegre (Beira Rio) eram os únicos a manter a promessa de contar apenas com recursos da iniciativa privada. No caso de Porto Alegre, tal previsão já se desfez com a assinatura do contrato em 20 de março de 2012, quando foi anunciado que o BNDES deve financiar até 75% dos recursos.

Já os estádios de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte seguirão o modelo de Parceria Público-Privada (PPP).

¹⁹ Ver: <http://agecopa2014.com.br/copa-2014/copa-do-mundo-vai-custar-r-100-bilhoes-diz-romario>

²⁰ Ver: http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Romario-Jesus-Copa-Mundo-Brasil_0_502749747.html

²¹ Ver: <http://www.brasildefato.com.br/node/9135>

Abaixo, a tabela 1 mostra uma consolidação dos gastos com reforma e construção de estádios para a Copa até março de 2012²²:

Situação dos Financiamentos - posição 29/02/2012

Projeto Estádio	Fase	Valor Contratado - R\$ 1,00	Liberação
Amazonas	Contratado	400.000.000,00	89.418.092,80
Bahia	Contratado	323.629.000,00	116.725.800,00
Ceará	Contratado	351.545.150,00	175.309.030,00
Pernambuco	Contratado*	400.000.000,00	84.000.000,00
Mato Grosso	Contratado	392.952.860,00 <small>(estádio: 107mil e arena: 285mil)</small>	78.500.000,00
Rio de Janeiro	Contratado	400.000.000,00	80.000.000,00
Minas Gerais	Contratado	400.000.000,00	80.000.000,00
DF	---	---	---
São Paulo	Em enquadramento	---	---
Rio Grande Sul	Carta consulta	---	---
Paraná	Carta consulta	---	---
Rio Grande Norte	Contratado	396.571.000,00	79.314.200,00

* Financiamento com o Governo do Estado de Pernambuco R\$ 400 milhões (já contratado). Contratado financiamento para a SPE no valor de R\$ 280 milhões.

O TCU aponta que quatro cidades-sede correm o risco de terem estádios que se tornarão “elefantes-brancos”, pois a demanda média de público dos times locais é muito inferior à capacidade das novas “arenas” que estão sendo erguidas: Manaus, Brasília, Natal e Cuiabá. Infelizmente, o TCU, mesmo após reconhecer que “[não foram identificadas ações no sentido de mitigar o risco de alguns estádios se tornarem elefantes-brancos”²³, não apresenta nenhuma medida cautelar ou punitiva para tais casos – o que, aliás, é recorrente em seu “Relatório de Situação” sobre a Copa do Mundo²⁴.

Além disso, Na Arena Pernambuco, em Recife, e no Estádio Castelão, em Fortaleza, temos cláusulas que transferem para o Estado riscos que deveriam ser exclusivos das concessionárias contratadas²⁵, comprometendo de antemão o tesouro público com contrapartidas financeiras futuras e incalculáveis.

²² Fonte: Brasil. *Op. Cit.*, p. 22.

²³ Fonte: Idem, *Ibidem*, p. 15.

²⁴ Brasil. Tribunal de Contas. *Op cit.* pp. 1-72.

²⁵ Idem, p. 27.

Vejam os preços, as modalidades de financiamento e as questões que chamam atenção em cada caso particular, quando houver²⁶:

Belo Horizonte – Mineirão:

Valor previsto na Matriz: R\$426,46 milhões (Somente área interna).

Investimentos previstos na área externa: R\$ 228,10 milhões

Total do contrato da PPP: R\$ 677 milhões.

Salvador – Fonte Nova:

Valor previsto na Matriz: R\$ 591,7 milhões

Modelo: PPP – Concessão de 15 anos, com Estado pagando R\$107,3 milhões anuais à concessionária como contrapartida.

Aporte do BNDES: R\$323,32 milhões;

Empréstimo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB ao parceiro privado: R\$ 250 milhões.

Principais falhas apontadas pelo TCU: Estimativa do custo total da obra “precária”; prazo de concessão da PPP é demasiado elástico; valor superestimado da contraprestação pública.

Rio de Janeiro – Maracanã:

Histórico: Previsão inicial da Matriz de Responsabilidades: R\$ 600 milhões.

Projeto vencedor: R\$ 705,6 milhões (Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez).

Recursos próprios do governo do Estado do Rio de Janeiro.

TCU: “graves irregularidades no processo licitatório da obra”.

Em junho de 2011 o projeto executivo e o orçamento completo foram entregues ao TCU no valor de R\$ 956,8 milhões; após auditoria conjunta do TCU com CGU o governo do Estado apresentou novo projeto, com redução de R\$ 97 milhões, ficando o orçamento total de R\$ 859,4 milhões.

Brasília – Estádio Nacional

Previsão na Matriz de Responsabilidades: R\$ 745,3 milhões.

Proposta vencedora: R\$ 696 milhões.

Valor atual do contrato (sem computar desoneração tributária nem obra da cobertura do estádio): R\$ 718,99 milhões.

Questionamento quanto ao número de lugares (71mil), que excede em muito a demanda dos times locais para sua utilização.

Natal – Arena das Dunas

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$ 350 milhões.

²⁶ Brasil – Tribunal de Contas da União, *op. cit.*, pp. 22-41.

Aporte do BNDES: R\$ 396,57 milhões.
Valor atualizado pelo GECOPA: R\$ 417 milhões.
Modelo: PPP
Irregularidades/Questões: não há informações no portal da Copa sobre o valor contratado com a PPP.

Fortaleza – Castelão

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$623 milhões.
Proposta vencedora: R\$ 486,9 milhões, somada à contraprestação estatal mensal de R\$ 407 mil durante 8 anos.
Modelo: PPP

Manaus - Arena Amazônia:

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$ 515 milhões.
Proposta vencedora: 499,5 milhões.
Aporte do BNDES: R\$ 400 milhões; restante coberto pelo tesouro estadual.
Custo atual: R\$ 543 milhões.
Irregularidades/Questões: “projeto básico incompleto e deficiente”; “subcontratação de empresa autora do projeto”; “falta de critérios de aceitabilidade de preços para serviços adicionais”.
TCU e CGU determinam que recursos sejam bloqueados até resolução das irregularidades. TCU determina que as salvaguardas inseridas no pleito do Governo do Amazonas sejam estendidas a todos os demais estádios.

Cuiabá – Arena Multiuso Pantanal

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$ 454,2 milhões.
Proposta vencedora: 342 milhões.
Aporte do BNDES: R\$ 392,9 milhões.

Recife – Arena Pernambuco

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$ 529,5 milhões.
Atualização do GE COPA: R\$ 500,2 milhões.
Aporte do BNDES: R\$ 366,2 milhões.
Modelo: PPP – parceiro privado constrói e opera por 30 anos. Estado arca com a dívida junto ao BNDES e paga contra-prestações pecuniárias, no valor máximo anual de R\$ 3.994.200,00 reais.
Empréstimo do BNB ao parceiro privado: R\$ 55,9 milhões.
Custo total estimado: R\$ 479 milhões.

São Paulo (Itaquera) – Arena São Paulo

Previsão de financiamento do BNDES: R\$ 400 milhões (carta protocolada)
Estádio sob responsabilidade do Sport Club Corinthians Paulista.
Obs. BNDES espera por aprovação do comitê de crédito do Banco do Brasil para seguir com o “enquadramento”.

Curitiba – Complexo Esportivo Curitiba 2014

Previsão inicial na Matriz de Responsabilidades: R\$184,5 milhões.
Atualmente: R\$ 234 milhões (Atlético Paranaense apontou custo adicional de R\$ 45,7 milhões).

Porto Alegre – Beira Rio

Não há recursos do BNDES na Matriz de Responsabilidades até o momento;
Todos os recursos seriam da iniciativa privada, via Sport Clube Internacional.
Previsão inicial: R\$ 130 milhões; atualizada pelo GE COPA: 290 milhões.
Obs. obras estavam paradas à espera da assinatura do contrato principal. Foi assinado dia 20/03, com Andrade Gutierrez. Segundo o portal da Copa,

“O projeto receberá investimentos da Sociedade de Propósito Específico (SPE), que conduzirá todo o projeto e terá também como investidor o banco BTG Pactual. O Clube aportou parte dos recursos (R\$ 26 milhões) para amortização dos custos. A SPE buscará financiamento do BNDES para até 75% do valor da obra pelo programa ProCopa – específico para apoiar a iniciativa privada nas obras para o evento de 2014 – e investirá recursos próprios para completar a diferença.”

O total de gastos com estádios seria, então, de **R\$ 6,060 bilhões**.

Vale lembrar que a proposta original da CBF, apresentada em 31 de julho de 2007 estimava em R\$ 2,1 bilhões. Dois meses depois, quando as cidades-sede em dos países candidatos enviaram suas estimativas à Comissão de Avaliação da FIFA, os valores mais que dobraram: R\$ 4, 3 bilhões. A cifra salta para R\$ 5,4 em 2011, segundo publicação do “Primeiro Balanço da Copa de 2014”, do Ministério dos Esportes. A última informação, de março de 2012, já se aproxima de R\$ 7 bilhões, segundo as últimas apresentações feitas pelo TCU ao Congresso Nacional²⁷.

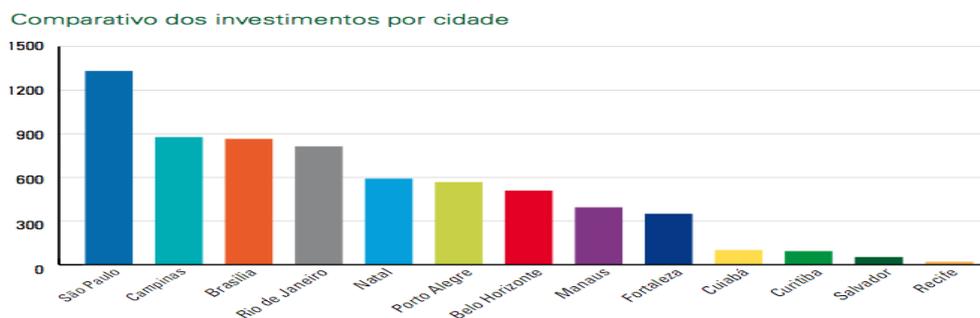
²⁷ Guimarães, Alexandre. Copa do Mundo FIFA 2014: da subestimação ao superfaturamento? A evolução dos preços dos estádios de 2007 a 2011. Contas Abertas: Brasília, Março 2012. Disponível em:

Diante desta escalada de preços e gastos públicos, é possível seguir confiando nas projeções e promessas governamentais sobre os benefícios e legados da Copa do Mundo de 2014? Além destes R\$ 7 bilhões, seria preciso acrescentar os recursos públicos “investidos” em tais projetos por meio de isenções fiscais. Tal informação, infelizmente, tampouco encontra-se disponível.

b) Aeroportos

Os investimentos na ampliação e modernização de aeroportos nas cidades-sede foram feitos com recursos da Infraero, totalizando **R\$ 6,5 bilhões**. À iniciativa privada caberá cobrir R\$ 408 milhões.

Tamanha discrepância na relação entre investimentos públicos e privados torna-se mais controversa quando percebemos que os aeroportos que mais receberam aportes públicos para suas melhorias são exatamente aqueles que foram privatizados em 06 de fevereiro de 2012 (Brasília, São Paulo-Guarulhos e Campinas-Viracopos), junto com o Rio de Janeiro, cuja privatização já foi anunciada para este ano²⁸:



Investimentos por cidade, em R\$-milhões:²⁹

Manaus: R\$ 394,1³⁰

Cuiabá: 91,3

http://contasabertas.uol.com.br/website/noticias/arquivos/562_Precos_dos_estadios_AGuimaraes.pdf

²⁸ Ver: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/02/governo-arrecada-r-245-bilhoes-com-leilao-de-aeroportos.html>. Fonte do gráfico: Brasil - Tribunal de Contas da União, *op. Cit.*, p. 43.

²⁹ Brasil – TCU, *op. Cit.*, p. 43.

³⁰ Houve sobre-preço de R\$35 milhões; TCU produziu economia de R\$ 70 milhões no total.

Brasília: 864,7
Curitiba: 84,5
Porto Alegre: 579,2
Campinas: 876,9
São Paulo: 1.331,7
Rio de Janeiro: 813,3³¹
Belo Horizonte: 508,7³²
Salvador: 47,6
Recife: 18,5
Natal: 582,4³³
Fortaleza: 349,8

Em Brasília, Viracopos (Campinas) e São Paulo (Guarulhos) havia superestimativas de preços, nos valores de 740, 2.334 e 1.631 milhões de reais, respectivamente. Chama atenção a superestimação do aeroporto de Brasília, já que o total previsto era de R\$ 864,7 milhões. Segundo TCU, tais problemas serão alterados e aguarda-se novos projetos que reduzam os custos.

c) Portos

Os recursos para reformar e ampliar portos marítimos em sete cidades sairão exclusivamente do Governo Federal, conforme pode-ser ver na Tabela 2, abaixo³⁴. Vale salientar que, em março de 2012, apenas 16% das obras havia sido

³¹ Infraero reduziu R\$ 15,2 milhões no contrato da obra.

³² Irregularidades na concorrência, descobertas pelo TCU, que quando solucionadas produziram economia de R\$ 72 milhões.

³³ Atuação do TCU produziu economia de R\$ 50 milhões.

³⁴ Fonte: Portal de Transparência da Copa,
<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/investimentos-tema.asp?codAreaIntervencao=6&descricao=Portos>

contratado e nenhuma – 0% - havia sido executada. O temor é que este atraso leve a uma licitação às pressas que termine por aumentar o valor dos gastos, que são, novamente, públicos em sua totalidade.

Recursos Envolvidos

Projetos e Ações	Cidade-Sede	Financiamentos Federais (R\$ milhões)	Investimentos (R\$ milhões)				Total (R\$ milhões)
			Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal	Outros	
Terminal Marítimo de Mucuripe - Construção de Terminal Marítimo de Passageiros, Construção de Cais/Berço, Pavimentação e Urbanização de Acessos e Estacionamento.	Fortaleza – CE	0,00	149,00	0,00	0,00	0,00	149,00
		0,00	118,91	0,00	0,00	0,00	118,91
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo de Manaus - Adaptação dos Armazéns 3 e 4 para o Terminal Marítimo de Passageiros, Adaptação do Armazém 0 para Bagagens, Aumento de Cais e Defensas, Urbanização de Pátio para Estacionamento e Passarela Coberta para Pedestres.	Manaus – AM	0,00	89,40	0,00	0,00	0,00	89,40
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo de Natal - Adaptação do Frigorífico e do Galpão para o Terminal Marítimo de Passageiros, Aumento do Cais e Pavimentação e Urbanização da Área.	Natal – RN	0,00	53,70	0,00	0,00	0,00	53,70
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo de Recife - Adaptação do Armazém 7 e Construção de Nova Área para Terminal Marítimo de Passageiros, Pavimentação, Urbanização de Acessos e Estacionamento.	Recife – PE	0,00	21,80	0,00	0,00	0,00	21,80
		0,00	25,76	0,00	0,00	0,00	25,76
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo do Rio de Janeiro - Implantação de Piers.	Rio de Janeiro – RJ	0,00	314,00	0,00	0,00	0,00	314,00
		0,00	0,61	0,00	0,00	0,00	0,61
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo de Salvador - Adaptação de Armazém para Terminal Marítimo de Passageiros.	Salvador – BA	0,00	36,00	0,00	0,00	0,00	36,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terminal Marítimo de Santos - Alinhamento do Cais e Implantação de Via Interna de Acesso na Área Portuária.	São Paulo – SP	0,00	235,00	0,00	0,00	0,00	235,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		0,00	898,90	0,00	0,00	0,00	898,90
		0,00	145,28	0,00	0,00	0,00	145,28
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Matriz de Responsabilidades
Contratado
Executado

O caso do Rio de Janeiro, o 'Projeto Porto Maravilha – PPM' é o que chama mais atenção. Trata-se de uma parceria entre a prefeitura da cidade, governos estadual e federal, além da iniciativa privada. O governo federal já alocou R\$223,19 milhões nas obras de melhoria do entorno.

Estranhamente, o TCU nos informa que “as [referidas] obras no Porto do Rio propriamente ditas não integram o PPM”³⁵, mas não informa o motivo. Além disso, uma mirada atenta permite encontrar projetos que dificilmente podem ser relacionados com a Copa do Mundo, como, por exemplo, a construção da nova sede do Banco Central do Brasil na região portuária. Esta obra tem valor orçado de R\$ 72,7 milhões e integra PPM. A sociedade brasileira espera explicações.

Além disso, o TCU encontrou sobre-preços nas duas primeiras licitações, o que levou à expedição de uma medida cautelar do relator do TCU, para que o caso fosse depois resolvido.

d) Mobilidade Urbana

As obras estão sendo consideradas como “o PAC da mobilidade urbana” pelo governo federal, que investirá R\$7,9 bilhões nas intervenções urbanas programadas, como VLTs, BRTs, monotrilhos e obras viárias.

Recursos da Caixa Econômica Federal – CAIXA cobrirão a boa parte dos aportes federais: R\$ 6,4 bilhões. O restante será quase todo coberto pelo BNDES, que apóia apenas um projeto de mobilidade urbana em todo país, a rodovia Transcarioca– T5, no Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1,2 bilhões.

Dos R\$ 12,3 bilhões totais estimados para este tipo de intervenção, apenas R\$ 2,7 bilhões foram contratados até agora e, destes, somente R\$ 698 milhões foram de fato executados.

e) Infra-estrutura e serviços relacionados ao Turismo.

Esse item é o que menos divulgou informações, até agora. Nenhum dos projetos relacionados à hotelaria executados até o momento estava previsto na Matriz de Responsabilidades. O financiamento federal, já contratado, para tais projetos chega a R\$ 394,8 milhões, dos quais R\$ 105,6 milhões já foram executados.

³⁵ Brasil, TCU. Op cit., p. 58.

Chama atenção o fato do único investimento, para uma cidade específica, no setor mencionado pelo TCU ser o de Manaus, onde será feita a revitalização da praia da Ponta Negra ao custo de R\$ 29 milhões; no entanto esta rubrica não está registrada no Portal de Transparência da Copa, onde apenas dois outros projetos (de mobilidade urbana) estão listados.

Outro ponto que merece atenção é o financiamento de R\$ 247,9 milhões de reais efetuado pelo Governo Federal ao empresário Eike Batista para reformar o Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Parece questionável, moral e economicamente, o fato do 7º homem mais rico do mundo receber tamanhos empréstimos do governo federal, conforme mostra a tabela 3 abaixo, copiada do Portal da Transparência da Copa de 2014:

Projetos e Ações	Cidade-Sede	Financiamentos Federais (R\$ milhões)	Investimentos (R\$ milhões)				Total (R\$ milhões)
			Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal	Outros	
Implantação do Hotel Ibis Natal	Natal – RN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		10,00	0,00	0,00	0,00	7,85	17,85
		2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50
Implantação do Hotel Ibis Botafogo	Rio de Janeiro – RJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		20,32	0,00	0,00	0,00	12,37	32,69
		14,35	0,00	0,00	0,00	11,05	25,40
Implantação do Hotel Ibis Copacabana	Rio de Janeiro – RJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		11,64	0,00	0,00	0,00	5,96	17,60
		8,35	0,00	0,00	0,00	5,43	13,78
Revitalização do Hotel Glória	Rio de Janeiro – RJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		142,00	0,00	0,00	0,00	105,91	247,91
		21,60	0,00	0,00	0,00	15,60	37,20
Implantação do Hotel Sotero Salvador	Salvador – BA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		15,14	0,00	0,00	0,00	11,75	26,89
		9,28	0,00	0,00	0,00	0,00	9,28
Implantação de um hotel em Aparecida (SP)	São Paulo – SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		32,50	0,00	0,00	0,00	19,40	51,90
		17,48	0,00	0,00	0,00	0,00	17,48
Totais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		231,60	0,00	0,00	0,00	163,24	394,84
		73,56	0,00	0,00	0,00	32,08	105,64

Além destes gastos, há o **Programa Bem Receber Copa**, que visa a capacitação profissional para atendimento ao turista, ao custo de R\$ 440 milhões. Tais gastos não se encontram em nenhuma rubrica do Portal de Transparência e já foram objeto de severas criticas e recomendações do TCU, que aponta uma série de

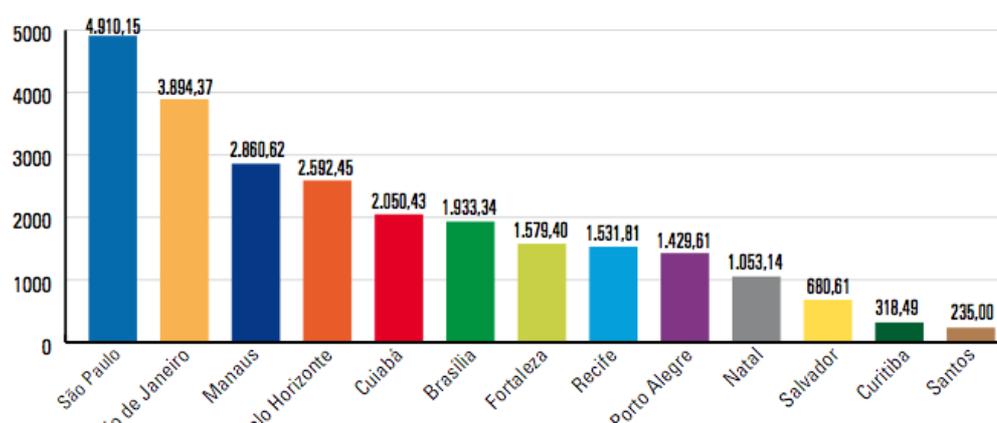
riscos devido a falta de informações básicas, como um plano de ação ou mesmo o cronograma³⁶.

3. Legados da Copa: Discurso vs. Realidade

A promessa que todos os brasileiros sabem de cor é tão simples quanto poderosa: a Copa do Mundo vai trazer investimentos para o país, aquecer a economia, gerar empregos, em suma, irá trazer mais desenvolvimento ao país. O “Portal da Copa”, do governo federal, por exemplo, informa que o mega evento irá aumentar em R\$ 185 bilhões o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil³⁷.

No entanto, já demonstramos que uma análise mais detida já é capaz de encontrar problemas com esta tese otimista. O gráfico abaixo, mostra o investimento por cidade em função da Copa do Mundo³⁸:

Comparativo dos investimentos por cidade



Percebe-se rapidamente que São Paulo e Rio de Janeiro, as duas cidades mais ricas e desenvolvidas do país, concentram a maioria dos investimentos,. Elas representam 12% e 5,4%, respectivamente, do PIB nacional³⁹.

³⁶ Brasil – TCU, op. Cit., p. 69.

³⁷ Ver: <http://www.copa2014.gov.br/sobre-a-copa/grandes-numeros>

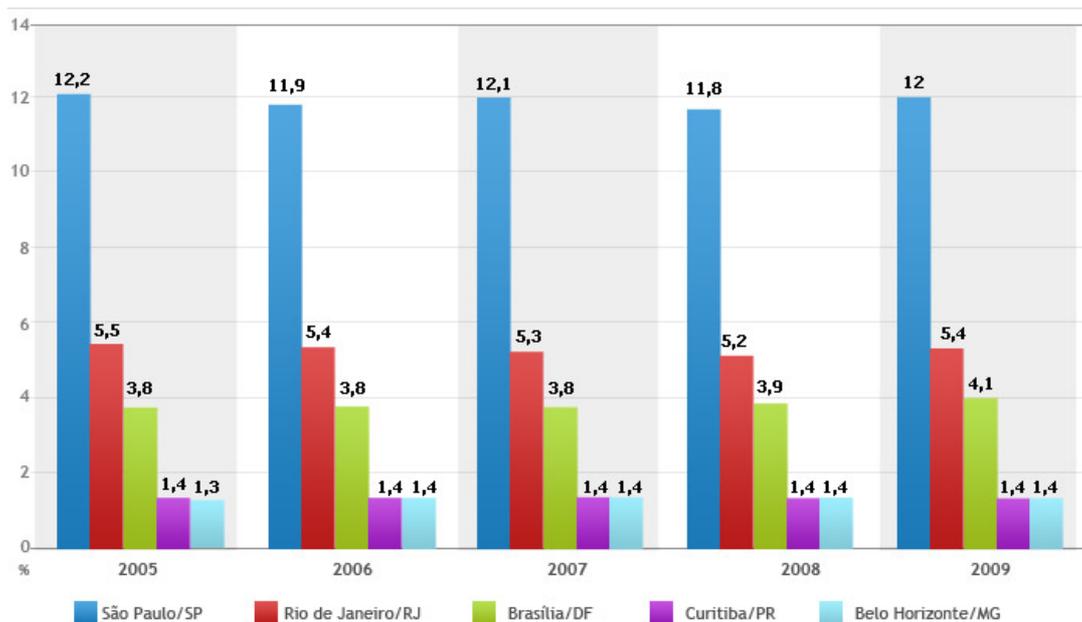
³⁸ Fonte: Brasil – TCU, op. Cit, p. 13.

³⁹ Ver: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/cinco-cidades-brasileiras-geram-r-1-de-cada-r-4-prozuidos-pelo-pais-20111214.html?question=0>

Assim, o legado da Copa neste quesito está sendo concentrar mais capital onde já existe uma massa de capitais formada e sólida, deixando o financiamento para o resto das cidades bem atrás, mesmo que, em tese, elas necessitem mais desses recursos para desenvolver-se. O próximo gráfico apresenta uma comparação entre as capitais brasileiras com relação à seu PIB:

Veja as cinco cidades que mais geram riquezas para o Brasil (em %)

São Paulo é a primeira da lista e aparece bem à frente do Rio de Janeiro, 2ª da lista



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Suframa Superintendência da Zona Franca de Manaus)

Não deveríamos aproveitar a Copa do Mundo – um evento excepcional – para canalizar recursos e investimentos para as cidades e regiões onde eles são escassos, ajudando-os a desenvolver suas economias? Parece que não, segundo os números fornecidos pelo governo, que assim explicitam sua estratégia de desenvolvimento focada na concentração de capitais em poucas regiões, cidades, empresas e indivíduos – os chamados “campeões nacionais”.

Essa concentração de capitais também se expressa no mundo do trabalho. Afim de atender à lógica da geração de lucros acima de tudo, têm-se observado que as condições de trabalho oferecidas aos operários que trabalham noite e dia para a Copa de 2014 ser realizada a tempo não são das melhores. A julgar pelas greves que têm ocorrido em 2012 nos canteiros de obra do Castelão (Fortaleza) e Fonte Nova (Salvador), além de greves anteriores no Maracanã (Rio de Janeiro),

Mineirão (Belo Horizonte) e Estádio Nacional (Brasília), a execução das obras apresenta um ritmo frenético somado a baixos salários e pouco – ou nenhum – benefício⁴⁰.

Esse “legado” de exploração do trabalho ainda mais acentuada deve ser contabilizado como custo da Copa do Mundo. Ainda sobre o tema, outro legado desonroso é a discussão que está sendo travada no Congresso Nacional no sentido de proibir o direito de greve nas obras do mundial. Sob o argumento de que seriam “serviços indispensáveis à população”⁴¹, os parlamentares brasileiros estão em vias de produzir mais uma perda democrática – e econômica – para a parcela dos brasileiros que precisa trabalhar sob tais condições.

Novas dívidas financeiras

Outro legado problemático diz respeito ao risco geração de novas dívidas financeiras que estrangulam a capacidade fiscal dos entes federativos e comprometem as gerações futuras com o pagamento de serviços da dívida, ao passo que investimentos em áreas sociais terão de ser cortados.

Desde 1997, quando a dívida dos municípios foi comprada pela União, as entidades federativas locais não podem emitir títulos de dívida. Mas a movimentação no sentido de flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal já começou. A Secretaria Municipal de Fazenda do Rio publicou estudo, em Abril de 2011, defendendo que “o novo contexto macroeconômico” e o “pragmatismo” necessário para realização dos mega eventos esportivos justificariam uma mudança nas normas atuais, liberando municípios que estiveram em condições de atrair capitais a partir do endividamento público direto que o façam⁴².

⁴⁰ Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,greves-atingem-obras-de-estadios-de-bahia-e-pernambuco-para-copa,830093,0.htm>

⁴¹<http://www.portal2014.org.br/noticias/9053/SENADORES+QUEREM+RESTRINGIR+GREVES+EM+OBRAS+DA+COPA.html>

⁴² Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=b65b6264-4452-43b1-b117-3cde85cca0be&groupId=91253

A estimativa é que o Rio de Janeiro pudesse captar R\$ 2 bilhões. O governo federal até agora tem resistido à mudança sob o argumento de que a União consegue se endividar a taxas mais baixas, fazendo mais sentido emprestar esse dinheiro aos municípios posteriormente, via BNDES ou CAIXA, como tem acontecido até agora⁴³. A sociedade civil organizada deve ficar atenta a essas movimentações, pois a pressão política para liberar o endividamento sub-federativo é grande – e perigosa do ponto de vista do erário público.

A militarização crescente das cidades-sede aparece como outro legado negativo, deixado pela Copa do Mundo. Reportagem do jornal Estado de São Paulo, em dezembro de 2010, já indicava a intenção do governo federal de usar o Rio de Janeiro como exemplo de intervenção das Forças Armadas em operações que devem durar até, pelo menos, a Copa de 2014⁴⁴.

Sabe-se que é a parcela da população de baixa renda, que vive em comunidades carentes, a que mais sofre com a escalada de militarização e criminalização da pobreza. O temor quanto à diversificação dos meios de repressão só aumenta quando têm-se a notícia de que o projeto de Lei Geral da Copa, já aprovado pela Câmara dos Deputados e agora em discussão no Senado Federal, cria o tipo penal do “terrorismo” – inexistente no ordenamento jurídico brasileiro até hoje.

Assim como no caso do direito de greve, novamente temos uma grande perda democrática ao vermos ameaçados os direitos de dissenso e protesto pacífico. Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil- OAB, trata-se de “um absurdo” que nos remete aos períodos de autoritarismo e exceção da Ditadura Militar, algo que deveria ser rechaçado de todas as formas⁴⁵.

Diante de tal situação, o balanço entre legados e ônus sociais gerados pela Copa do Mundo de 2014 varia de acordo com qual segmento sócio-econômico da população brasileira é analisado. O investimento massivo de dinheiro público em mega projetos cujo legado é sempre desigual: setores empresariais ligados a

⁴³ Ver: <http://www.jornalcorporativo.com.br/mercado-de-capitais/item/3454-governo-rejeita-emissões-por-estados-e-munic%C3%ADpios.html>

⁴⁴ Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,dilma-quer-exercito-no-rio-ate-a-copa-e-planeja-espalhar-modelo-pelo-brasil,647661,0.htm>

⁴⁵ Ver: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/projeto-de-lei-quer-punir-terroristas-e-grevistas-durante-a-copa/>

contratos de publicidade e construção civil estão contentes como nunca; ao passo que parcela significativa da população mais pobre e trabalhadora vê seu dinheiro investido em projetos cujos benefícios, para os que mais precisam, são duvidosos.

É preciso impedir que o tão anunciado “legado” da Copa de 2014 no Brasil se converta em um pesado ônus para a democracia. Até agora, quem vem pagando a conta da Copa é o povo brasileiro, principalmente aquele mais sofrido: removido, explorado, sem direito a protestar.

4. Conclusão

Este primeiro estudo faz parte de um esforço do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, em parceria com a Justiça Global e apoio da Fundação Henrich Böll, para contribuir com o trabalho de conscientização da sociedade e resistência aos abusos de direitos humanos praticados em função dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Este trabalho tem sido levado a cabo pelo Comitê Popular Copa Olimpíadas – Rio e pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. O PACS é participante ativo de ambos espaços.

Nosso objetivo com este estudo inicial não foi dar conta de todas as variáveis existentes em torno do financiamento para a Copa de 2014, até porque esta tarefa encontra-se impossibilitada no momento devido à falta de compilações adequadas dos dados, muitos ainda indisponíveis. Não apenas em relação às isenções fiscais concedidas – que certamente alcançam a casa dos bilhões de reais -, mas é possível mapear uma série de outras modalidades de financiamento cujos valores são, por ora, praticamente impossíveis de estimar e por isso não foram considerados neste estudo.

Assim, tais modalidades serão aprofundadas nos informes e estudos que se seguirão a este. No entanto, vale a pena mencioná-los aqui para que sua investigação seja objeto de estudos por parte de outras organizações da sociedade civil que, assim como o PACS, estão atentas aos conflitos sociais,

econômicos e políticos envolvidos nas preparações para a Copa de 2014. São eles:

- Custo da diferença das taxas de juros praticadas nos mercados internacionais, onde o governo federal capta recursos mediante emissão de títulos da dívida, e taxas dos empréstimos concedidos pelo BNDES e CAIXA para as obras da Copa;
- Isenções fiscais para uma série de empresas parceiras da FIFA que poderão sair do projeto final de Lei Geral da Copa, a ser votado pelo Senado em maio;
- Custo da criação de novas estruturas burocráticas em função dos jogos, de eventos de promoção, das viagens e demais despesas de funcionários públicos destacados para organizar a Copa do Mundo;
- Custos adicionais criados pelo RDC até o mega evento;
- Custos adicionais de novos aportes de BNDES e CAIXA não previstos na Matriz de Responsabilidades, mas que começam a crescer rapidamente.

Além disso, o desenrolar das negociações e tramitações de projetos de lei sobre a Copa também nos obrigam a atualizar as informações sobre as modalidades já trabalhadas neste estudo (Estádios, Portos, Aeroportos, Mobilidade Urbana e Infra-estrutura para o Turismo). Espera-se que no momento de lançar a continuação deste trabalho as informações sobre estas – e novas – modalidades de financiamento para a Copa do Mundo de 2014, a sociedade já possua à sua disposição informações mais robustas, simplificadas e, sobretudo, atualizadas.

Buscamos mostrar nas páginas anteriores que o Estado brasileiro e a FIFA são atores que buscam promover o mesmo modelo de desenvolvimento, atuando de forma *complementar* – bem pouco conflitiva, no que diz respeito aos temas centrais – para garantir os interesses do grande capital privado transnacional durante a Copa de 2014 no Brasil. Seu duplo-objetivo é garantir lucros vultuosos sem grandes riscos a partir da transferência massiva e legalizada de recursos

públicos para agentes do mercado, ao mesmo tempo em que legitima-se tal processo frente à sociedade civil mediante a exploração instrumental da cultura popular brasileira em uma de suas mais reconhecidas manifestações: o amor ao futebol.

Em tempos de acalorados e difusos debates como este, cabe à sociedade civil organizada a tarefa de ir além do senso comum cotidiano e do restrito debate disponibilizado pelos tradicionais meios de comunicação. Uma análise fria dos dados disponíveis nos tribunais de contas estaduais e da União, assim como a tentativa contínua de mapeamento geral das fontes de financiamento para a Copa de 2012 e seus respectivos impactos orçamentários sobre os distintos segmentos sociais brasileiros foram componentes indispensáveis nesta tarefa.

O estudo da legislação especial que está sendo preparada para a Copa do Mundo também merece continuar captando nossa atenção, pois nela estão embutidas diversas modalidades de financiamento que buscam se utilizar de recursos públicos de forma polêmica.

Mas nenhuma análise de dados e números deste tipo pode prescindir de um argumento mais geral, que aponte e dê insumos para uma espécie de “economia política da Copa do Mundo 2014”.

Assim, tentamos neste estudo apresentar um quadro capaz de mostrar os principais atores envolvidos, seus respectivos interesses econômicos e políticos, suas formas de atuação e respectivos graus de sucesso. Isso nos possibilitou cumprir o papel de informar à cidadania ativa e à população em geral sobre o que está realmente em jogo na Copa, possibilitando uma análise crítica do balanço real entre dívidas e legado, de acordo com a perspectiva de cada grande força social envolvida, já que o benefício monetário adquirido por uma empreiteira da construção civil dificilmente pode ser comparado ao prejuízo de um morador removido de sua comunidade sob o pretexto de obras para a Copa do Mundo.

Em suma, apresentamos esta pesquisa como uma contribuição ao esforço de produção de conhecimento crítico sobre temas de interesse coletivo, como a Copa do Mundo de 2014 e sua relação com a sociedade brasileira certamente

são. Uma contribuição ao debate que se propõe a aprofundar temas e perspectivas tradicionalmente limitadas na grande mídia, assim como a subsidiar à sociedade com informações novas e análises de dados e discursos afim de iluminar o caminho rumo à relações sociais, ambientais e políticas mais justas.

Um Copa do Mundo que cativou os brasileiros com a promessa de financiamento privado quase total e obras de benefício público espalhadas em todo país, já apresenta – dois anos antes do torneio começar – uma realidade oposta: 98,6% do dinheiro gasto será público⁴⁶, em sua maioria, com obras e contratos com empresas privadas para a realização de eventos, reformas e contratos sobre os quais a população não foi suficientemente consultada, nem obteve informações necessárias. Mas paga a conta. É hora de começar a virar esse jogo!

⁴⁶ Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/881803-copa-de-2014-tera-985-de-dinheiro-publico.shtml>